

Por Alves Silva

MEMORIAL DA CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DE QUELUZ

O nosso já bem conhecido destas crónicas, Cristovão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, gostava muito de caça, daí ter mandado construir na casa de campo de Queluz um pavilhão para receber os amigos e procurar nos pequenos outeiros da vasta propriedade as peças de grande e pequeno porte no meio dos matagais, a ocuparem parte do actual território da Amadora. Estávamos no século XVI e estes fidalgos, não aceitaram pacificamente a elevação de D. João IV a rei de Portugal e passaram-se para o lado de Castela, situação natural, pois o 1.º marquês chegou no tempo de Filipe III a exercer o lugar de vice-rei de Portugal. A restauração foi, por isso, um rude golpe para estes marqueses de Castelo Rodrigo, os quais passavam uma boa parte do tempo quente na sua quinta de Queluz. Esta quinta, para além do pavilhão de caça, possuía uma casa de residência, com a elegância própria exigida pelos fidalgos da época e

não esquecer o importante lugar desempenhado por Cristovão de Moura, ao exercer o governo de Portugal durante vários anos, em cuja moradia despachava os assuntos de Estado.

Antes de chegar à posse de Cristovão de Moura, a quinta, com alguns hectares, ocupava toda a Estrada Velha de Queluz e dos quartéis. Pertenceu a um João Pires e depois passou ao mosteiro de São Vicente de Fora e daqui para a ordem de São João de Jerusalém. Com a restauração, D. João IV não esteve com meias medidas e vai de confiscar esta casa de campo a Cristovão de Moura, por decisão tomada aos 10 de Agosto de 1644, ou seja treze anos depois deste fidalgo ter mandado construir, à custa do real do povo, a ainda conhecida "Ponte Filipina", a qual ficou pronta em 1631, para dar acesso directo a essa casa de campo, depois palácio de Queluz. Lá iremos. Diga-se, em abono da verdade, que esta obra tem resistido ao longo do

tempo e, ainda hoje, faz a ligação entre as duas localidades de Queluz e Amadora, mesmo ali junto ao cinema Lido.

Confiscada a casa de campo de Queluz, D. João IV ofereceu-a a seu filho o infante D. Pedro e isto foi o primeiro passo para ser instituída a Casa do Infantado, por alvará de 11 de Agosto de 1654, cuja intenção era acautelar a sobrevivência dos filhos segundos dos reis de Portugal, pois os primeiros tinham garantida a sucessão e os outros ficavam, por vezes, dependentes do rei seu irmão. A Casa das Senhoras Rainhas teve a mesma finalidade para assegurar a estas um fim de vida compatível caso ficassem viúvas dos esposos reis. Eram linhas de sucessão para proteger a família.

Confiscada a quinta de Queluz, esta passou a usufruir de todos os privilégios de que a casa de Bragança já era detentora.

(Continua na página 3)

Por Alves Silva

MEMORIAL DA CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DE QUELUZ

(Continuação da página 1)

Porém, tudo ficou como estava durante alguns anos, isto é não foram feitas obras de vulto no referido pavilhão de caça e só o infante D. Francisco fez nele alguns melhoramentos, tornando-o maior, cujos trabalhos ficaram à responsabilidade do arquitecto Manuel da Costa Negreiros, vinculado, para este e outros projectos, à Casa do Infatado.

Começa aqui a entrar o operariado dos lugares da actual Amadora, cuja mão de obra provinha dos sítios próximos de Queluz, diga-se de passagem, mão de obra não qualificada, bem como as pedreiras destes sítios, com o pessoal sempre à mão e os filões de calhaus a pouca distância.

Para além disso, o infante D. Francisco, filho de D. Pedro II, ao passar pelos lugares da agora Amadora a caminho de Queluz deixava mau rasto. Este rapazote fazia travessuras e crueldades de vária ordem, ao ponto de, mesmo em Queluz, a população não gostar muito dele. Quando morreu, em 1742, o povo acreditava que a alma do infante andava por ali, em castigo dos pecados que tinha praticado, e esta crença durou cerca de 100 anos. Para conhecermos melhor a índole deste príncipe, apenas dois pormenores de entre outros.

Costumava distrair-se a atirar tiros aos marinheiros que o saudavam, matando uns, ferindo outros. Gozava com isso, este Francisco, daí nos lugares da actual Amadora e no de Queluz ninguém morrer de amores por este menino. Fugiam a sete pés, grandes e pequenos quando o viam passar por cá. Mesmo assim ainda mandou fazer umas obrinhas na quinta, talvez o de mais importante em toda a sua vida, sem descurar o seu mau hábito de aleijar com fsgadas os operários, rachando cabeças, e às vezes até uns tirinhos, de que depois se ria muito ao ver as pessoas tombadas no solo a sangrarem. Este Francisco não deixou saudades, nem em Queluz, nem quando a comitiva passava por estes caminhos da Estrada Velha, quando à estrada saía o povo miúdo da Porcalhota e de joelhos saudava o séquito real. Fugiam a sete pés, velhos e novos, com este Francisco a fazer das dele. João Ferrador que o diga quando tirou o barrete a el-rei, para o saudar, e sentiu no costão uma chicotada vinda do coche real da mão do francisquinho. Este menino precisava de um tratamento apropriado... Mesmo assim, ainda foi senhor do palácio durante 35 anos, morreu solteiro, mas deixou um filho natural, reconhecido, que viria a ser D. João da Bemposta.

Será, contudo, o terceiro representante da Casa do Infatado, o infante D. Pedro, nascido a 1717 e falecido a 1786, filho de D. João V e de D. Mariana da de Áustria (lembram-se das razões da construção do convento de Mafra?) depois o futuro D. Pedro III, a dar os primeiros sinais, em 1747, para a construção do palácio. Com Mafra, com frei António de São José de intermediário, veio a sucessão, D. Maria Ana Josefa engravidou várias vezes, como anjos vindos do céu e o esbanjamento de incalculáveis riquezas das minas de ouro e diamantes do Brasil

começou aí, não fosse D. Pedro III filho de D. João V. Mas antes foi Mafra, agora é Queluz, depois virá a basílica da Estrela e por aí adiante. Vamos ao palácio. Da obra ficou incumbido, com toda a autonomia, o arquitecto, também da casa do Infatado, Mateus Vicente de Oliveira, o qual trazia um bom currículo da Escola de Mafra, tendo trabalhado nesta com o alemão João Frederico Ludovice, também arquitecto e ourives, um dos grandes responsáveis na construção do monumental convento.

As obras do palácio de Queluz duraram uma eternidade, de 1747 a 1807, mas em 1786 já mostravam um pouco do espaço definitivo, com capela sacristia e as futuras salas do Trono e de Música. Quanto à capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi abençoada com grandes festas. O clero veio de todo o lado, o tropear dos cavalos arrastando as carruagens a causar grande alvoroço na descida da Estrada Velha de Queluz. Padres com cruces, bandeiras de irmandades embrulhadas, relíquias, santinhos de madeira e de pedra. A capela foi sagrada com grande solenidade, estando presente toda a corte e toda a fidalguia. Da quinta do Bosque, lá estava Lourenço Anastácio Mexia Galvão, fidalgo da casa real, estribeiro de D. Maria I, mas toda a casa da Porcalhota estava presente. Da Damaia, vieram os condes da Lousã com toda a criadagem para os assistir a eles e aos animais. Da ermida da Falagueira veio a respectiva confraria da Conceição da Lapa, com estandartes alusivos a São

Sebastião e a Santo António, santos da mesma ermida. De Benfca veio a de N.ª S.ª do Amparo. O talento do entalhador e escultor Silvestre Faria Lobo e o não menos António Angelo foram os reponsáveis pela execução do mobiliário, altares, oratórios e decorações.

Outras benzeduras, outras festas, o mesmo aparato, se seguiram sempre que ficava concluída mais uma ala do palácio. Mas as festas de arromba não ficavam por aqui: os dias de São João Baptista, e de São Pedro, bem como nos dias de aniversário da família real, a Estrada da Porcalhota era uma verdadeira romaria a caminho de Queluz. Grande foi a festa no aniversário natalício de D. Maria I, completava 44 anos nesse ano de 1778, por ter nascido a 17 de Dezembro de 1734. Para essa comemoração foi construído um teatro, cuja abertura teve lugar neste mesmo dia.

Para a jardinagem veio um holandês, Geraldo Van Den Kosk, e com ele trouxe plantas e folhagens dos Países Baixos. Nesta altura ainda havia dinheiro para estas e outras encomendas.

Das águas ficou responsável o Eng.º Manuel Damaia, engenheiro-mor do Reino, o qual teria projectado o aqueduto da Gargantada ainda visível na Amadora e em Queluz. A ribeira do Jamor, a atravessar o parque, quando fechada a comporta, transformava-se no Lago Grande. Manuel Damaia mandou forrar as paredes com azulejos e os príncipes e princesas gozavam os banhos ou passeavam de barco, enquanto a música da Casa do Lago ia alegrando estes divertimentos. Era uma ribeira caudalosa, de águas límpidas, próprias para banhos das princesas e dos príncipes, depois de ao longo do seu percurso ter lavado saloios e saloias, mesmo com ordens vindas do Desembargo do Paço para ninguém sujar as águas nos dias em que os meninos e meninas do palácio resolviam dar os seus mergulhos na ribeira do Jamor.

Prosseguiam as obras bem como os preparativos para o casamento do infante D. Pedro (que viria a ser o III) com a sua sobrinha a infanta D. Maria Francisca, tio e sobrinha, (os casamentos reais tinham destas coisas) e esta Maria Francisca seria a futura rainha D. Maria I. A boda, realizada em 1760, alterou de uma assentada a estrutura do palácio, para cujo projecto contribuiu o arquitecto francês Jean Baptiste Robillion, com a sua experiência de outros empreendimentos, contratado a peso de ouro por D. Pedro. Outro francês também andou metido nestas obras, o mestre Thomas Germain, mas Mateus Vicente, responsável na reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755, veio a Queluz, mais como observador, pois havia sido nomeado Superintendente do projecto, e deixou riscadas no chão as directivas mais recomendáveis. Mateus Vicente era um dos homens de maior confiança da corte.

D. Pedro, viu a esposa enlouquecer, mas mesmo assim e depois de se assumir como regente, este rei, consorte, 5.º filho de D. João V, passava horas a cultivar ananases, mas também os infantes gostavam de agricultar na horta especialmente concebida para isso. Daí a Horta dos Príncipes. Mas também tinham as suas gaiolas, bem valiosas em arte e dinheiro, com aves vindas do Brasil e de África.

Outros animais em jaulas viriam a dar nome à Escadaria dos Leões.

O arquitecto Robillion andou por cá à procura de bons pedreiros, de artistas e de artefactos, mas na Porcalhota só encontrou troilhas alguns carpinteiros e pouco mais, tendo recorrido a especialistas franceses e italianos para levar por diante o empreendimento. E começam a sobressair o Jardim de Malta, o Lago do Tritão e diversas esculturas decorativas. O pavilhão Robillion, a escadaria, cascatas, colonatas e pedra, muita pedra, devidamente lavrada, saída das pedreiras das redondezas, começam a dar corpo ao palácio.

Mármore, vindos de Pêro Pinheiro, balaustradas, quartel da guarda, edifício da torre e um Versailles em ponto pequeno lá desportando, como réplica, também em ponto pequeno, à obra de Luís XIV.

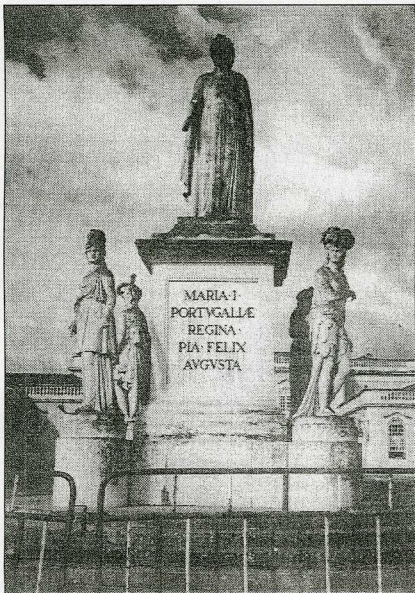
Muitos dias, muitas noites, muitos pedregulhos foram arrastados para o bem estar dos monarcas, bois e homens numa jornada, sem grande jorna, muitos carregos, alguns acidentes, para trabalhos que nunca mais acabavam. E o campo despovoava-se de homens e de mulheres. Crianças também davam a sua ajuda. Primeiro o palácio, depois o resto. Os saloios sempre serviam para alguma coisa, ao deixarem terras e trabalhos seus. Folgavam pouco os homens e os animais. Que se saiba nenhum deles chegou a merendar na Sala das Merendas, nem ouviu ópera na Casa da ópera, cujas representações custavam ao país pipas de dinheiro. Delas viviam Marcos de Portugal, David Peres, João de Sousa Carvalho, Domingos Bomtempo, Leal Moreira, mas o estrangeiro Jomelli era o mais bem pago com uma pensão de 1200 ducados de ouro para escrever e enviar óperas. Eram festanças de grande envergadura, para as quais vinham fidalgos de todo o lado, com a Estrada Real sempre cheia de gente nobre e o povo da Porcalhota sempre disponível para dar uma ajuda sempre que qualquer coche ficava atolado na lama.

O exemplo de Mafra, com gastos de estado, repetia-se aqui, mesmo com D. João V já a dormir o solo eterno. Mas depois ainda viria a basílica da Estrela, com a mesma gente, os mesmos costumes, os mesmos pedregulhos, numa altura em que começava a esgotar-se a riqueza oriunda do Brasil e a paciência dos portugueses. A da Estrela partiu de um voto de D. Maria I na esperança de conceber um filho varão, e cá temos de novo o arquitecto Martins Vicente a lançar a primeira pedra. O filho nasceu, viria a ser D. João VI.

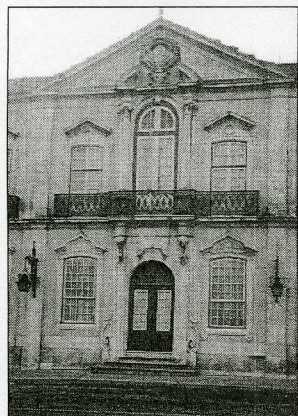
E neste triângulo, Mafra, Queluz e Estrela resultou uma certa uniformidade de construção, com mestres e contramestres, mas sempre com o clero a dar a última palavra.

Depois de tudo isto, acabaram por habitar Queluz D. Pedro III, D. João VI, D. Carlota Joaquina, D. Pedro IV e D. Miguel.

Arquitectos, pintores, entalhadores, carpinteiros, douradores, amadores e muita outra gente ligada à construção andaram por aqui muitos anos, nesta obra da "Fábrica" de Queluz e, quando atrás se falou no arquitecto Mateus Vicente de Oliveira, o terramoto pouco tempo lhe deixou para se ocupar da quinta de Queluz. Já o francês Robillion viria a ser o responsável pelo projecto da Basílica



Estátua a D. Maria I frente ao Palácio de Queluz.



Uma das alas do Palácio de Queluz. Este espaço tem vindo a servir de recepção a chefes de Estado e monarcas de visita a Portugal.



Nos tem Decreto-Amador em nom edificio e da Amadora, descrito na 1.ª Cense

Alv
Nú
Nú
Nú
Cén
Are
Utili

Paços do l
Por sut
A Chefe

da Estrela (obra polémica assumida por D. Maria I) depois de Queluz. Em 1794, um incêndio na Real Barraca da Ajuda faz acelerar a vinda para Queluz da corte e, com isso, passou a residência oficial e permanente da família real, situação a dar origem a novas obras de ampliação e surgem, para o efeito, novos artistas chefiados por Manuel Caetano de Sousa a quem se deve, desta feita, a restauração das várias alas do palácio.

No palácio enlouqueceu a rainha D. Maria I (1792) e foi D. João VI a assumir a responsabilidade governativa, mas os problemas derivados do casamento deste rei em nada contribuíram para o bom andamento dos trabalhos de restauro do palácio.

Com a saída da corte para o Brasil, por força da invasão napoleónica, Queluz é saqueada, bem como o próprio palácio, o qual entra quase em esquecimento. Junot teve-o de baixo de mira para ali hospedar Napoleão e novas obras, para esse efeito, estiveram previstas pelo invasor francês e só não avançaram pelo facto dos franceses terem sido expulsos.

Em 1821 projecta-se o regresso da família real e do Brasil são dadas ordens para se fazerem obras urgentes para receber os monarcas. Obras e mais obras e a gente destes sítios a dar a mãozinha, com carros e juntas de bois, gadanhas para cortar erva para os animais, petrechos para condução e também mantimentos que os operários hão-de comer durante os trabalhos. Introduzidos novos melhoramentos, o palácio retoma a tradição de albergar a família real.

Morto D. João VI, em 1826, passa a governar a Casa do Infantado D. Miguel, vindo do exílio de Viena de Áustria, mas por pouco tempo já que em 1834 é deposto, facto que leva a extinção da Casa do Infantado e os bens são integrados na Casa Real. Queluz passa a ser palácio de férias da rainha D. Maria II. A soberana aproveitava para descansar e seu marido, Fernando II, para estudar arte, de que era um profundo apaixonado.

Em 1908 todo o espaço é pertença da Fazenda Nacional e nele nasceram os "saloiões": D. Pedro, primeiro imperador do Brasil, tendo falecido no mesmo quarto do palácio onde havia nascido D. Miguel, D. Maria Teresa, Isabel Maria. II faleceram D. Carlota Joaquina e D. Pedro de Bragança.

Está actualmente transformado em museu e uma das alas serve de recepção a chefes de Estado Estrangeiros.